

## Saúde Docente e Adoecimento

A saúde docente, em especial os aspectos relacionados ao adoecimento da categoria, tem se tornado pauta relevante e necessária às reflexões e ações do movimento sindical. A intensificação e a degradação das condições de trabalho docentes, tem sido acelerada sobretudo no período pós-pandemia e pelo ensino remoto. Nesta retomada das atividades letivas não foram estabelecidas as condições apropriadas de trabalho, fato que, atrelado à intensa pressão pela reposição acelerada dos conteúdos, vêm agravando inúmeros problemas de saúde física e mental de docentes em todo o país. Neste contexto, nosso sindicato tem procurado atuar e fortalecer os elementos para fazermos esse enfrentamento. Assim, na assembleia da ADUNIOESTE de 16 de fevereiro passado, o tema foi discutido e encaminhou-se a constituição de um Grupo de Trabalho, constituído pelos professores Gilberto Calil, Luciano da Souza Costa, Maria Isabel Formoso e Neide da Silveira, com a atribuição de elaborar um levantamento sobre adoecimento e endividamento docente.

Como forma de subsidiar esta tarefa e integrar nossa seção sindical no debate relacionado a estes aspectos, os quais já estão ocorrendo a nível nacional pelo ANDES-SN, a Adunioeste definiu pela participação no VIII Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente: Trabalho docente – implicações na saúde e reflexos na vida, realizado em São Paulo, de 17 a 19 de março. **Como representante da Adunioeste, no referido evento, esteve presente o Prof. Dr. Gilberto Calil, que acompanhou todos os debates e apontamentos sobre o tema, elaborando o relatório abaixo**, no qual são apontados os aspectos centrais que impactam negativamente na saúde do docente no ensino superior.

### **Intensificação do trabalho e adoecimento: temas urgentes para a reflexão sindical e o enfrentamento coletivo**

*Gilberto Calil*

A abertura do evento, no dia 17/12, contou com a participação de movimentos e entidades voltadas à defesa da educação e da saúde pública, como a Frente Nacional contra a privatização da saúde, o Coletivo Butantã de Luta e o Fórum Popular de Luta de São Paulo, além de representantes do ANDES-SN, ADUSP, DCE-USP e SINTUSP (Sindicato dos Trabalhadores da USP).

A primeira mesa do evento teve como tema “A pandemia, ensino remoto, intensificação da precarização do trabalho e adoecimento docente”. A primeira apresentação foi da socióloga Camila Marino (UECE), que apresentou os resultados de uma pesquisa conjuntamente realizada pelas seções sindicais das três universidades estaduais cearenses (Sinduece, Sindurca e Sindiuva, representativas dos docentes da UECE, URCA e UVA). O resultado da pesquisa indicou que

a ditadura da produtividade e a imposição de padrões cada vez mais inalcançáveis é um forte fator de adoecimento dentro da categoria. A pesquisa foi realizada em agosto de 2020, período no qual havia uma divisão da categoria em relação a adoção do Ensino Remoto (ERe). Entretanto, após a adoção do ERe, ficou evidente seus efeitos deletérios no processo ensino-aprendizagem e na atividade docente, entre os quais destacam-se a baixa frequência dos estudantes e o impacto negativo sobre a saúde docente. Outros elementos relevantes identificados foram a intensificação de processos burocráticos e de mecanismos de controle, implicando em sobrecarga adicional de trabalho; a ausência de infraestrutura e equipamentos adequados, implicando na adoção de soluções simplificadas e falhas; e a invasão do mundo privado por atividades de trabalho, desorganizando a rotina familiar. Entre os elementos que promoveram a intensificação do trabalho destaca-se a utilização sistemática do WhatsApp pelas chefias, em alguns casos inclusive nos finais de semana, implicando em clara ação de assédio moral. A principal conclusão do estudo foi de que a

retomada do ensino superior deu ênfase para aspectos burocráticos, ou seja, na “rotina” e no “calendário”, o que impediu a universidade de produzir soluções não habituais e não rotineiras, em um contexto em que estas eram muito mais necessárias do que a manutenção do calendário.

A segunda apresentação da mesa foi da infectologista Flávia Pelecco (UFMG) e propôs uma reflexão sobre os equívocos e incoerências no processo de adoção do ERe e da retomada do ensino presencial. Quanto ao primeiro, de partida registrou o absurdo da realização de uma consulta em sua instituição sobre condições de acessibilidade, a qual foi realizada de forma on line. Para a referida pesquisa, mobilizou-se estudantes que faziam contato com seus colegas e solicitavam a resposta ao questionário. A estratégia demonstrou claramente que os estudantes em condições mais precárias não tiveram condições de responder à pesquisa. Entre os fatores que produziram o fracasso pedagógico do ERe, Flávia Pelecco destacou: o fato de que o acesso às aulas para grande parte dos estudantes deu-se especialmente através de celular, normalmente com planos de dados muito limitados; a total ausência de qualificação dos professores para as especificidades desta modalidade de ensino; a ausência de apoio logístico e financeiro aos professores; e o impacto especialmente drástico em relação às professoras mulheres. Em relação à retomada do ensino presencial, chamou a atenção para: a ausência de planos de retorno adequados e discutidos de forma democrática com as comunidades universitárias; a ausência de investimentos imprescindíveis como os requeridos para aumento da ventilação; o insuficiente fornecimento de máscaras para estudantes, agentes universitários e professores; e a ausência de definição clara sobre as responsabilidades de fiscalização, implicando em sistemática inobservância das normas estabelecidas pelas instituições. Como legados e consequências deste processo, as conclusões da pesquisa indicaram: 1) o forte impacto na saúde mental dos docentes, decorrente das aulas remotas, do retorno antecipado e sem as devidas condições, da reposição acelerada e imposta de forma autoritária; 2) a reutilização de aulas gravadas em empresas privadas de educação, implicando em demissão de docentes e aumento da uberização da profissão; 3) o agravamento da desigualdade social e de gênero na composição do corpo docente, tendo-se verificado que mulheres e negros foram sobrerrepresentados no universo dos docentes demitidos ou com contratos não renovados. Finalmente, avaliou como uma grande derrota do movimento docente não ter sido possível construir uma greve sanitária nacional, unificada e capaz de impedir o retorno sem planejamento sani-

tário adequado nem respeito a critérios epidemiológicos mínimos e claros.

No segundo dia do evento ocorreram duas mesas e um painel. A primeira destas mesas teve como tema “O papel do estado e a saúde do(a) trabalhador(a): como as Instituições de Ensino Superior veem o SUS na perspectiva da saúde do(as) servidores(as)”, e teve apenas uma apresentação, do terapeuta ocupacional Bruno Bechara (UFMG), que descreveu um histórico da afirmação da saúde como questão social, entendendo-a como consequência de inúmeras lutas sociais dos trabalhadores. Indicou o movimento de reforma sanitária como marco da afirmação da saúde como direito, especialmente impulsionada pelo contexto do avanço de lutas sociais no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980. Avaliou que mesmo com os notórios avanços expressos na Constituição de 1988, permanecem limites graves na efetivação da saúde do trabalhador, impostos pela natureza das relações sociais capitalistas e, mais ainda, pela forma como elas se desenvolvem no Brasil. Indicou os limites impostos ao exercício efetivo da medicina do trabalho pela ausência de autoridade e poder legal de fiscalização de empresas e pela demora nas respostas às alterações no processo de trabalho por parte das instituições de fiscalização.

### **Mesa 3 – Saúde e condições de trabalho do(a)s docentes**

A primeira apresentação foi da assistente social Eblin Farage (UFF), que propôs discutir relações de trabalho a partir dos aspectos que incidem na saúde dos docentes universitários, tendo como pressuposto que sob relações sociais capitalistas há impossibilidade de princípio de superação da alienação do trabalho e da exploração. Indicou a necessidade de refletir sobre as dificuldades dos professores universitários de se reconhecerem como trabalhadores e, em consequência, sua dificuldade em reconhecer e enfrentar as modificações nas relações de trabalho que implicam em intensificação das atividades laborais, precarização e adoecimento. Como exemplo, a plataformização que tanto atinge os professores, a ponto de haver registros de realização voluntária de trabalho remoto até em situações limite como a de um professor doente e em isolamento. Propôs considerar que a prática de assédio moral se intensificou com a generalização do uso das redes sociais, expandindo o horário de trabalho ilimitadamente, sendo necessário reconhecer que o assédio moral não é praticado exclusivamente pelas chefias e coordenações, mas também horizontalmente entre colegas. Isto ocorre quando são reproduzidas exigências desmedidas (índices de produção acadêmi-

ca, assumir atividades além da carga horária em nome de suprir lacunas geradas por políticas de governos e reitorias, responsabilização por problemas nos cursos que transcendem às atribuições dos docentes etc.). Avaliou que o processo de subordinação da produção do conhecimento e da extensão às exigências do mercado, bem como a alienação do trabalho impedem que estas práticas sejam efetivamente reconhecidas como assédio. A painelistas considerou que a proposição de métricas de produção inatingíveis constitui uma forma de operacionalização de um assédio coletivamente construído pelos próprios trabalhadores.

Considerando a especificidade da atividade docente, sugeriu que a identificação do professor com seu trabalho tende a favorecer a aceitação voluntária de normas inaceitáveis, levando a situações limite atentatórias à saúde docente, como a realização sistemática de trabalho nos finais de semana, nos feriados e nas férias, a reposição ou adiantamento de aulas e demais atividades como condição para a fruição de licenças ou ainda a absorção de atividades para além de sua jornada de carga horária, visando tornar possível o afastamento de colegas para qualificação ou licença. Propôs identificar e denunciar formas de assédio recorrentes, como o lançamento de editais em período de férias. Relatou situações nas quais a assimilação da lógica de competição leva docentes a omitirem a divulgação de editais nos quais pretendem concorrer.

Em relação às formas de adoecimento, indicou quatro fatores centrais: 1) a crescente e desmedida intensificação do trabalho docente (aumento da carga horária, ausência de concurso, desqualificação de todo trabalho que não seja aula, imposição do produtivismo); 2) aumento das ocorrências assédio sexual e generalização das de assédio moral, inclusive em situações nas quais há um lugar de hierarquia, efetivada horizontalmente entre docentes. Exemplo são regras autoimpostas por departamentos que voluntariamente definem critérios e parâmetros ainda mais draconianos do que as normas institucionalizadas, ou ainda planejamentos estabelecidos por programas de pós com objetivos muito difíceis de atingir-se nas condições de trabalho vigentes; 3) vigilância feita pelos próprios colegas, constituindo diferentes formas de intimidação; 4) prática constante de competição entre os pares e estabelecimento de hierarquias, como aquelas que separam os docentes vinculados a programas de pós-graduação daqueles que não estão, ter ou não bolsa de produtividade ou ainda rankings de classificação em editais.

A segunda apresentação foi feita pelo historiador Alexandre Galvão Carvalho (UESB), que realizou um levantamento das diversas pesquisas e relatórios

produzidos pelo ANDES-SN. O professor lembrou da mesa Trabalho e Adoecimento Docente realizada no recente Encontro das Universidades Estaduais e Municipais, ocorrido na UEL, em Londrina, que permitiu dar destaque e centralidade à temática, com inúmeros relatos impactantes de situações graves ocorridas, chamando a atenção para a necessidade de enfrentar este debate de forma mais sistemática. Destacou a pesquisa coordenada pela educadora Amanda Moreira na UERJ desenvolvida no ano 2020, com o objetivo de avaliar os efeitos das medidas de distanciamento social e da adoção do ensino remoto sobre os docentes e seu impacto na saúde. Esta pesquisa foi respondida por 2.862 docentes da UERJ, revelando alguns dados bastante graves, como o fato de que 44,7% desses docentes afirmaram trabalhar entre 9 e 12h diárias; 72% indicaram ter havido aumento da carga de trabalho sob a pandemia; 33% informaram que sempre trabalham nos finais de semana e outros 36% indicaram que frequentemente trabalham, enquanto 28% trabalham às vezes e apenas 3% nunca trabalham no final de semana. Índices semelhantes foram observados em relação aos feriados (Feriados: 34% sempre, 27% frequentemente, 23% algumas vezes e 4% nunca). Em relação a sentirem-se pressionados por prazos e metas: 38% afirmaram sempre sentirem-se, 30% frequentemente, 28% algumas vezes, e apenas 4% nunca. Os sentimentos mais citados pelos docentes na pesquisa foram preocupação, apreensão, desânimo, medo, irritação, desamparo e ansiedade. A pesquisa ainda aferiu um intenso aumento do afastamento docente de suas atividades decorrente de adoecimento, sendo suas principais causas, em ordem, contaminação por Covid, ansiedade, transtornos de estresse e depressão. Na sequência, apresentou uma pesquisa realizada pela ADUFPA avaliando os impactos do ERe. Nesta pesquisa, 79% dos docentes indicaram sentir intensificação do trabalho docente; 73% sentiram precarização da qualidade do ensino; 73% sentiram que haveria ampliação de sua jornada de trabalho e 50% identificaram a criação de uma falsa sensação de normalidade. Em relação às percepções pessoais dos docentes, destaca-se que 46% se auto classificaram como angustiados e 41% indicaram apreensão quanto a possibilidade de perda de direitos. Por outro lado, 30% avaliaram que houve resposta positiva dos alunos ao Ensino Remoto, fazendo crer que parte deles segue defendendo a manutenção do ensino remoto. O professor concluiu sua exposição enfatizando a importância da Cartilha produzida pelo Andes sobre Assédio, e indicando a existência de um forte aumento das situações de assédio, incluindo-se pressões para que tais situações não sejam denunciadas ou discutidas.

### **Painel: Levantamento da saúde do(a) trabalhador(a) docente realizado pelas seções sindicais no período da pandemia da Covid-19**

O painel teve como objetivo a apresentação de pesquisas e levantamentos realizados no âmbito das seções sindicais sobre saúde do(a) trabalhador(a) docente. Foi constituído de cinco apresentações.

A zootecnista Adriana Vadim (ADUENF) informou que a pesquisa realizada em sua seção sindical buscou abordar o adoecimento para além da pandemia, entendida como momento de agravamento de um processo que já estava em curso. Na experiência das universidades estaduais do Rio de Janeiro, o atraso dos salários gerou distúrbios diversos no corpo docente. Os mais recorrentes foram insônia e ansiedade, mas há registro de casos de óbito em ambiente de trabalho que poderiam ter relação com o atraso no pagamento dos salários e com os distúrbios provocados por esta situação. Na produção da pesquisa, a opção foi por um questionário com poucas perguntas, visando ter um número maior de respostas, tendo atingido 96 respostas entre os 200 associados da seção sindical. Dentre os respondentes, 74% tinham acima de 50 anos, o que indicou o envelhecimento da categoria, o qual foi provocado pela contenção de concursos; além disso, 54% consideravam a jornada de trabalho insuficiente para atender o conjunto de atividades atribuídos a si. Em relação a trabalhar nos finais de semana, 70% afirmaram que o faz com muita frequência, 26% com pouca frequência e apenas 4% indicaram que não trabalham. 67% registraram problemas de saúde decorrente do estresse do trabalho. Um percentual de 44% indicou já ter buscado ajuda, evidenciando que parte expressiva dos que tiveram adoecimento laboral não buscou ajuda. As principais conclusões da pesquisa referem-se ao envelhecimento do quadro docente, insuficiência da jornada frente às demandas, intenso adoecimento e falta de apoio institucional para atendimento à saúde.

A fisioterapeuta Michele Schilt (ADUSP) trouxe a experiência de uma universidade (USP) que desde o início da pandemia assumiu um slogan negacionista – “A USP não para” e buscou de diferentes formas impor uma falsa aparência de normalidade quando isto não era possível. A pesquisa produzida pela ADUSP teve coleta realizada entre 8 e 20 de julho de 2020, portanto quatro meses após o início da pandemia, e tratou centralmente das condições de trabalho durante a pandemia. Compreendida como pesquisa sindical em seus objetivos, diferenciou-se de uma pesquisa de caráter estritamente acadêmico, dado que seu objetivo principal foi produzir um diagnóstico voltado a qualificar

a intervenção sindical. A pesquisa foi respondida por 675 docentes. Dentre eles, 41,9% integravam grupo de risco e metade indicava ser responsável pelo cuidado de outras pessoas (crianças ou idosos), sendo 52% entre as mulheres e 49% entre os homens. A maioria concordava com a adoção do ensino remoto, mas admitindo problemas graves. Muitas respostas remeteram à preparação institucional inadequada e à não qualificação dos docentes para o ERe. Parte expressiva das respostas também registravam a angústia com o que seria um sentimento de estar fraudando a educação com o ERe.

A educadora Amanda Moreira (ASDUERJ) informou sobre a pesquisa desenvolvida no âmbito da UERJ, que teve como aporte teórico principal a Enquete Operária de Marx (1880). Na experiência daquela universidade, muito do que se propunha como temporário acabou se tornando permanente, mantendo-se mesmo após o retorno elementos do ensino remoto e ampliando a precarização do ensino. A pesquisa foi respondida por 553 docentes (aproximadamente 20% do total da universidade), dos quais 53% eram filiados à seção sindical e 47% atuavam em algum programa de pós-graduação. Antes da aplicação do questionário, realizaram testes prévios de tempo de resposta, visando chegar a um tempo de 5 a 6 minutos, para que pudessem obter número expressivo de respostas. Dentre os respondentes, 71,6% informaram estarem trabalhando além de sua jornada de trabalho. O processo de uberização do trabalho docente comprovou-se com registros de gastos pessoais com compra de equipamentos, mobiliário, plano de internet e adaptação da casa. As principais estratégias de enfrentamento mencionadas foram de caráter individual (37%). A ASDUERJ fez uma campanha de divulgação dos resultados, produzindo cards que tiveram ampla circulação.

O sociólogo e estatístico Vinícius Pinheiro (ADUNIRIO) apresentou a pesquisa realizada naquela instituição, que trata de um aspecto mais específico, e que teve como ponto de partida a constatação de que 30% dos filiados não pedia progressão no prazo devido. A partir disto, constituiu a pesquisa “Barreiras para progressão docente”, com três etapas: diagnóstico; encorajamento e criação de políticas. A pesquisa visou identificar o tempo de atraso e produzir um histograma demonstrativo. Constatou que o maior atraso médio ocorria entre os homens e em alguns centros voltados à saúde, sendo especialmente expressivo entre os médicos, levando a entender que para eles o rendimento advindo da universidade não era o principal. A etapa seguinte foi a escuta dos docentes, que se deu via WhatsApp, buscando compreender as razões. A conclusão foi de que o principal fator do atraso na

solicitação de progressão docente foi a mudança dos fluxos burocráticos ocorrida desde o início da pandemia, ampliando as dificuldades e o tempo dispendido para a progressão.

O terapeuta ocupacional Alexandre Cunha (ADUFES) apresentou a pesquisa realizada no âmbito da UFES, uma universidade sob intervenção do governo Bolsonaro. Informou que o processo de adoção do ERe foi conflitivo e que a Adufes publicou uma cartilha discutindo questões relacionadas ao ensino remoto. Após isso, sua instituição constituiu uma comissão de acompanhamento ao trabalho remoto e ao ensino remoto. A pesquisa conduzida pela ADUFES foi respondida por 642 docentes, dos quais 533 eram filiados. O questionário contou com mais de 70 perguntas e seu desenvolvimento ensejou a publicação de 3 livros discutindo os resultados. Um dos elementos mais impactantes do resultado foi a descoberta de que 43% dos respondentes buscaram auxílio psicológico por situações decorrentes da pandemia e das condições do ensino remoto.

### **Reunião do Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA)**

A reunião começou com o informe de que os textos de resolução do GTSSA apresentados ao 41º Congresso do ANDES-SN e não apreciados serão discutidos no 66º CONAD que ocorrerá em julho em Campina Grande. Informou-se o resultado da reunião do setor das universidades federais e a apreciação da proposta de reajuste do governo federal, de 9% de reajuste linear. Informou-se ainda a reunião com a Secretaria de Ações Afirmativas e combate ao Racismo, tratando especialmente da não observância do percentual de vagas reservada às cotas raciais. Relatou-se as manifestações do dia 15 de março e a centralidade da campanha nacional pela revogação no Novo Ensino Médio. Informou-se ainda sobre a realização da Jornada de Mobilização sobre Assuntos de Aposentadoria, que ocorrerá dias 28 e 29 de março em Brasília.

A seguir, realizaram-se informes das seções sindicais.

1) ADUFPEL informou realização de pesquisa sobre adoecimento docente; 2) ADUFS-BA informou sobre

a radicalidade do ataque à previdência dos servidores por parte do governo baiano, que impõe a vinculação a modelo privatista desde o ingresso aos novos servidores. Avaliou que reforma do governo Bolsonaro reproduz os elementos centrais do modelo baiano; 3) ADUFPA informou sobre atividades desenvolvidas pelo GTSSA na seção e realização de um seminário sobre Trabalho Docente que ocorrerá em abril. Propôs necessidade de divulgar o prejuízo milionário da Funpresp com falência das Americanas e sua decorrência para a redução das aposentadorias; 4) ADUSP informou sobre debate que conduziu à recusa de gerir convênio com plano privado, além de conflitos produzidos por auxílio saúde concedido pela reitoria, excluindo aposentados; 5) ADUNIOESTE informou esforço para incorporação dos temas deste GT, com participação neste evento e na jornada em Brasília. Houve a constituição de uma comissão responsável pelo encaminhamento de uma pesquisa sobre adoecimento docente, que pretende incorporar uma investigação sobre endividamento docente, decorrente da não reposição salarial. Também relatou sobre a atual defasagem salarial de 42% e a campanha salarial em curso; 6) APROFURG informou atividades desenvolvidas pelo GT na FURG e sobre mobilização para garantir efetivação das cotas e sobre estratégias para incorporação dos aposentados no interior do sindicato; 7) ASDUERJ informou luta por um modelo de assistência que inclua aposentados e estudantes; 8) ADUFS informou situação de discriminação racial e religiosa contra professor e luta para sua posse; 9) ADUSB relatou estratégias utilizadas para integração dos aposentados nas atividades do sindicato.

Na sequência, discutiu-se as proposições vinculadas ao GT que serão apreciadas no próximo CONAD, e realizou-se um debate com o balanço do evento.

O conjunto das atividades do Seminário foi extremamente rico e permitiu visualizar inúmeras possibilidades de investigação e de abordagens de problemas enfrentados pelas diferentes universidades públicas do país e que, seguramente, estão muito presentes na UNIOESTE

# FILIE-SE!

LEIA O QR CODE  
E PREENCHA A FICHA



**LUTA**  
NECESSÁRIA

**ADUNIOESTE**  
Sindicato de Docentes da Unioeste

**ANDES**  
Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior

**FILIE-SE E PARTICIPE DAS ATIVIDADES DA ADUNIOESTE!**

## **JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!**